

Proj. Lei nº 467/09

AO EXPEDIENTE
Em 17 FEV 2009



Recebido. Aut. e Incl. em p.
Em 14/02/2009
1º Secretário



ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

17 FEV 2009

Protocolo 006/09

Processo 006/09

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 010 , DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "Institui os Jogos Escolares no Estado de Rondônia".

Senhores Deputados, os Jogos Escolares de Rondônia iniciaram-se no final da década de 70, com o advento do Decreto nº 937, de 6 de setembro de 1978.

Neste período, alunos brasileiros e bolivianos participaram dos jogos entusiasticamente, em clima de paz e fraternidade. Esta política pública se tornou uma referência para os alunos como símbolo de conquista, superação e orgulho.

Como sabido, através das práticas desportivas, crianças e jovens constroem seus valores, conceitos e caráter.

Assim, considerando a importância dos Jogos Escolares para o Estado de Rondônia, que envolve aproximadamente 150 (cento e cinquenta) mil alunos, atletas, professores, dirigentes, técnicos, colaboradores e pessoal de apoio, justifica-se a instituição, por lei, da presente matéria, o que propiciará sua vigência definitiva.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

17 FEV 2009

[Assinatura]
Nome



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009.

Institui os Jogos Escolares no Estado de Rondônia.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Seção I
Da Instituição

Art. 1º Ficam instituídos os Jogos Escolares no Estado de Rondônia – JOER, que serão realizados anualmente.

Parágrafo único. Constituem finalidades do JOER incentivar a prática da educação física e do desporto escolar nas escolas de educação básica do Estado, integrados a inclusão e à prática pedagógica.

Seção II
Das Fases

Art. 2º O JOER serão disputados nas categorias Infantil e Juvenil, através de modalidades esportivas, individuais e coletivas, obedecendo as seguintes fases:

I – inter-classe: realizada pela escola, como torneio interno;

II – municipal: realizada pela Representação de Ensino – REN, em parceria com o Município;

III – regional: realizada em fases Regionais, pela Representação de Ensino – REN, do município sede acompanhado e supervisionado pelo setor de esporte da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC;

IV – final (estadual): realizada pelo órgão gestor de Educação Física e Esporte da SEDUC, em conjunto com as Representações de Ensino – REN, onde acontecer a fase; e

V – Fase – DM/DA (Portadores de necessidades Especiais): realizada pela SEDUC/REN, e em parceria com instituições afins.

Seção III
Do Mérito de Honra

Art. 3º Fica criado o Mérito de Honra do Esporte Escolar de Rondônia, a ser concedido às pessoas físicas e jurídicas que se destacaram durante a realização dos jogos.

Seção IV
Dos Recursos

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da SEDUC, diretamente, mediante convênio ou parcerias.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

§ 1º A SEDUC repassará recursos financeiros para as representações de ensino dos municípios que sediarem as fases dos jogos escolares.

§ 2º O abono pecuniário criado pela Lei nº 1943, de agosto de 2008, será concedido, anualmente, aos servidores públicos que participarão diretamente da organização, coordenação e apoio à realização do JOER.

Art. 5º O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no lado direito da página.